

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DOUTORADO**

GABRIEL MAÇALAI

**OS AVANÇOS INSTITUCIONAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O
RECONHECIMENTO DAS AÇÕES DAS MILÍCIAS COMO PRÁTICAS
TERRORISTAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA NÃO CONCRETIZAÇÃO DA
CIDADANIA PARA TODOS OS BRASILEIROS**

SANTO ÂNGELO (RS)

2023

GABRIEL MAÇALAI

**OS AVANÇOS INSTITUCIONAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O
RECONHECIMENTO DAS AÇÕES DAS MILÍCIAS COMO PRÁTICAS
TERRORISTAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA NÃO CONCRETIZAÇÃO DA
CIDADANIA PARA TODOS OS BRASILEIROS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

Área de Concentração: Direitos Especiais, Linha de Pesquisa: II - Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos.

Orientador: Dr. Gilmar Antonio Bedin

Coorientador: Dr. Noli Bernardo Hahn

Santo Ângelo (RS)

2023

Gabriel Maçalai

**OS AVANÇOS INSTITUCIONAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O
RECONHECIMENTO DAS AÇÕES DAS MILÍCIAS COMO PRÁTICAS TERRORISTAS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA NÃO CONCRETIZAÇÃO DA CIDADANIA PARA
TODOS OS BRASILEIROS**

Tese de doutorado submetida à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Santo Ângelo como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutor em Direito, Área de Concentração: Direitos Especiais, Linha de Pesquisa: II - Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gilmar Antônio Bedin
Orientador (Presidente da Banca)

Prof. Dr. Noli Bernardo Hahn
Coorientador (Membro Interno)

Prof. Dr. José Francisco Dias da Costa Lyra
Examinador (Membro Interno)

Prof. Dr. Newton Cesar Pilau
Examinador (Membro Externo)

Prof. Dr. Celso Gabatz
Examinador (Membro Externo)

Santo Ângelo (RS), 12 de junho de 2023.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família e quem se dedica a um processo conjunto de educação-trabalho para que o financiamento estudantil não seja o maior endividamento do brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de dedicar o resultado aqueles que colaboram para que ocorresse. É, ao mesmo tempo, um ato de pedir desculpas pelos erros do percurso e pelo resultado. Gostaria de agradecer a tantas pessoas, porém as linhas e as circunstâncias não permitem.

Agradeço aos meus pais, Irene e Valdemar, que acreditaram que ser “doutor” é importante para quem viveu na roça por 16 anos e veio de um pequeno rincão com pouco mais de três mil habitantes.

Agradeço ao Jardel, por compreender e impulsionar, quando nem eu mesmo queria seguir.

Agradeço ao professor Gilmar Antonio Bedin, meu orientador da vida. Sem sua instrução, não seria quem sou hoje. Obrigado por acreditar em um menino no final da graduação, que agora conclui o doutorado. Ao professor Noli Hahn, agradeço as orientações iniciais desta tese de doutorado e por compreender, posteriormente, minha necessidade de mudar.

Agradeço aos colegas de trabalho, amigos e familiares que, com sua (des)crença, me fizeram seguir. Também, as instituições e empresas pelas quais passei durante o curso pela compreensão.

Agradeço aos leitores, obrigado pelo seu interesse nas linhas que seguem. Não é o melhor que eu poderia fazer, mas é o que um jovem pesquisador que trabalha 64 horas por semana pode fazer trabalhando, estudando e abdicando de outras coisas tão ou mais importantes que um título acadêmico.

Agradeço a Deus por tudo. Sua graça e Seu favor me permitiram chegar aqui.

*“Bobeira é não viver a realidade
E eu ainda tenho uma tarde inteira
Eu ando nas ruas
Eu troco um cheque
Mudo uma planta de lugar
Dirijo meu carro
Tomo o meu pileque
E ainda tenho tempo pra cantar*

*Eu só peço a Deus
Um pouco de malandragem
Pois sou criança
E não conheço a verdade
Eu sou poeta e não aprendi a amar
Eu sou poeta e não aprendi a amar”
Cássia Eller*

*“Ele mesmo carregou nossos pecados em seu corpo na cruz,
a fim de que morrêssemos para o pecado e vivêssemos para a
justiça; por suas feridas somos curados.”
1 Pedro 2:24 – Nova Versão Transformadora*

RESUMO

O Brasil vai completar duzentos anos de história constitucional em 2024. É possível perceber, neste percurso, que a instabilidade institucional e a presença de fatores limitantes de sua efetivação plena, como o autoritarismo e o patrimonialismo, sempre estiveram presentes. Esta presença levou a configuração de uma forma de cidadania deturpada e fez emergir um quadro duradouro de subcidadania para parte significativa da população brasileira. Isto continua acontecendo ainda no atual ciclo constitucional, apesar dos grandes avanços proporcionados pela Constituição de 1988. Hoje, o país possui, de fato, um perfil institucional avançado, com princípios estruturantes contemporâneos e um conjunto de direitos fundamentais protegidos extraordinário. Este perfil institucional e esta estrutura constitucional contemporânea, contudo, tem enormes dificuldades de se tornar uma realidade para todos os brasileiros. Neste sentido, milhões de brasileiros continuam a viver sem qualquer proteção do Estado Democrático de Direito. Este fato impede que os entes públicos cumpram as suas funções de forma plena e, em consequência, permitam o surgimento de vácuos institucionais de poder sobre boa parte do território brasileiro. Este é o ponto de partida que possibilita a emergência de poderes extraoficiais e violentos junto as periferias das grandes cidades. Estes grupos são denominados de milícias e usam a estratégia do medo para submeter as populações pobres aos seus objetivos. O exemplo mais evidente desta forma de funcionamento cotidiano da vida é o Estado do Rio de Janeiro. De fato, a maioria das favelas do Estado referido é administrada, atualmente, por grupos armados informais que contam com apoio e conivência do Estado brasileiro. Diante deste fato, a presente pesquisa formula a seguinte pergunta: as práticas cotidianas destes grupos milicianos constituem um cenário de crime comum ou ações típicas de grupos terroristas? Para responder à questão o trabalho é estruturado em quatro capítulos. O primeiro resgata a história constitucional do Brasil e sua instabilidade. O segundo apresenta os grandes avanços da Constituição de 1988, seus princípios estruturantes, o rol de direitos protegidos e a permanência de alguns fatores que dificultam a sua efetivação para todos os brasileiros. O terceiro reflete sobre as questões teóricas e históricas que envolvem o fenômeno terrorista. O quarto reflete sobre a história e as práticas das milícias e as conecta como as ações terroristas. O objetivo é revelar que, de fato, as práticas dos grupos de milícias que atuam atualmente na periferia das grandes cidades brasileira, em especial no Estado do Rio de Janeiro, são, claramente, ações terroristas, ao passo que cumprem os requisitos de uma ação movida pelo medo e demais elementos utilizados para caracterizar os grupos terroristas. A pesquisa utiliza o método de raciocínio hipotético-dedutivo, com coleta de dados bibliográficos, legais e jornalísticos que auxiliam a contar fatos relevantes da história passada e os eventos que conformam o tempo presente. No desenvolvimento do estudo, é utilizada a metodologia de pesquisa histórico-analítica e hermenêutico-sociológica.

Palavras-chave: Terrorismo. Milícias. Direitos e garantias fundamentais. Constituição Federal.

ABSTRACT

Brazil will complete two hundred years of constitutional history in 2024. It is possible to realize, in this journey, that institutional instability and the presence of limiting factors for its full effectiveness, such as authoritarianism and patrimonialism, have always been present. This continues to happen even in the current constitutional cycle, despite the great advances provided by the 1988 Constitution. Today, the country has, in fact, an advanced institutional profile, with contemporary structuring principles and an extraordinary set of protected fundamental rights. This institutional profile and this contemporary constitutional structure, however, have enormous difficulties in becoming a reality for all Brazilians. In this sense, millions of Brazilians continue to live without any protection from the Democratic State of Law. This fact prevents public entities from fully fulfilling their functions and, consequently, allows the emergence of institutional vacuums of power over a large part of the Brazilian territory. This is the trigger point that enables the emergence of extra-official and violent powers along the outskirts of large cities. These groups are called militias and use the strategy of fear to submit poor populations to their objectives. The most obvious example of this form of everyday life is the state of Rio de Janeiro. In fact, most of the slums in the aforementioned State are currently controlled by informal armed groups that have the support and connivance of the Brazilian State. In this sense, this research raises the following question: do the daily practices of these militia groups constitute a common crime scene or typical actions of terrorist groups? To answer the question, this work is structured in four chapters. The first rescues the constitutional history of Brazil and its instability. The second presents the great advances of the 1988 Constitution. The third reflects on the theoretical and historical issues involving the terrorist phenomenon. The fourth reflects on the history and practices of militias and connects them with terrorist actions. The aim is to reveal that, in fact, the practices of militia groups that currently operate on the periphery of large Brazilian cities, especially in the State of Rio de Janeiro, are clearly terrorist actions, while fulfilling the requirements of an action moved by fear and other elements used to characterize terrorist groups. The research uses the hypothetical-deductive reasoning method, with the collection of bibliographic, legal and journalistic data that help to tell relevant facts of past history and the events that shape the present time. In the development of the study, the methodology of historical-analytical and hermeneutic-sociological research is used.

Keywords: Terrorism. Militias. Fundamental rights and guarantees. Federal Constitution.

RESUMEN

Brasil cumplirá doscientos años de historia constitucional en 2024. En este recorrido se puede observar que la inestabilidad institucional y la presencia de factores limitantes para su plena efectividad, como el autoritarismo y el patrimonialismo, siempre han estado presentes. Esto continúa sucediendo incluso en el actual ciclo constitucional, a pesar de los grandes avances proporcionados por la Constitución de 1988. Hoy en día, el país cuenta con un perfil institucional avanzado, con principios estructurantes contemporáneos y una protección incomparable de los derechos fundamentales. Sin embargo, este perfil institucional y esta estructura constitucional contemporánea enfrentan enormes dificultades para convertirse en una realidad para todos los brasileños. En este sentido, millones de brasileños continúan viviendo sin ninguna protección del Estado Democrático de Derecho. Este hecho impide que los entes públicos cumplan plenamente sus funciones y, como consecuencia, se generen vacíos institucionales de poder en gran parte del territorio brasileño. Este es el punto de partida que permite el surgimiento de poderes no oficiales y violentos en las áreas periféricas de las grandes ciudades. Estos grupos, conocidos como milicias, emplean la estrategia del miedo para someter a las poblaciones más pobres a sus objetivos. Un ejemplo claro de esta forma de funcionamiento cotidiano se encuentra en el estado de Río de Janeiro. De hecho, la mayoría de las favelas de dicho estado están actualmente bajo el control de grupos armados informales que cuentan con el respaldo y la complicidad del Estado brasileño. Ante esta realidad, la presente investigación plantea la siguiente pregunta: ¿las actividades diarias de estos grupos milicianos constituyen una serie de delitos comunes o se trata de acciones típicas de grupos terroristas? Con el fin de responder a esta interrogante, el estudio se estructura en cuatro capítulos. El primero aborda la historia constitucional de Brasil y su historia de inestabilidad. El segundo destaca los importantes avances logrados con la Constitución de 1988. El tercer capítulo reflexiona sobre las cuestiones teóricas e históricas que rodean el fenómeno terrorista. El cuarto capítulo analiza la historia y las prácticas de las milicias, y las vincula con las acciones terroristas. El objetivo es demostrar que, de hecho, las prácticas de los grupos de milicias que operan actualmente en las periferias de las grandes ciudades brasileñas, especialmente en el estado de Río de Janeiro, son claramente acciones terroristas, ya que cumplen con los requisitos de una acción impulsada por el miedo y otros elementos utilizados para caracterizar a los grupos terroristas. El estudio se basa en un enfoque hipotético-deductivo, utilizando la recopilación de datos bibliográficos, legales y periodísticos para relatar hechos relevantes de la historia pasada y los eventos que moldean el presente. Se emplea una metodología de investigación histórico-analítica y hermenéutico-sociológica para el desarrollo del estudio.

Palabras clave: Terrorismo. Milicias. Derechos y garantías fundamentales. Constitución Federal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A EXPERIÊNCIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	17
2.1 A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1824	17
2.2 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1891	21
2.3 O GOVERNO VARGAS E A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1934	24
2.4 O ESTADO NOVO E A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1937	27
2.5 O FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1946	29
2.6 O GOLPE DE 1964, A CONSTITUIÇÃO DE 1967/69 E A ABERTURA POLÍTICA ...	33
3 A CONSTITUIÇÃO DE 1988, SEUS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES E SEUS DESAFIOS	46
3.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	46
3.2 OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	52
3.2.1 Princípio da República	52
3.2.2 Princípio da Federação	54
3.2.3 Princípio da Divisão de Poderes	56
3.2.4 Princípio do Estado Democrático de Direito	58
3.3 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	59
3.4 OS DESAFIOS AOS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: O PATRIMONIALISMO, O AUTORITARISMO E A SUBCIDADANIA	63
3.4.1 O Patrimonialismo	64
3.4.2 O Autoritarismo	66
3.4.3 A Subcidadania	70
4 O DEBATE TEÓRICO SOBRE O TERRORISMO E O SEU PERCURSO HISTÓRICO	76
4.1 AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E AS DIFICULDADES DE DEFINIR TERRORISMO	76
4.1.1 Terrorismo para a Sociologia	77
4.1.2 Terrorismo para a Ciência Política	79
4.1.3 Terrorismo para a Economia	82
4.1.4 Terrorismo para o Direito	84
4.2 AS CARACTERÍSTICAS DO TERRORISMO E SEUS DIFERENTES TIPOS	86
4.3 O PERCURSO HISTÓRICO DO TERRORISMO: APONTAMENTOS IMPORTANTES	94
4.3.1 Terrorismo na Antiguidade: mitos e fatos	94
4.3.2 Terrorismo na Idade Média	97
4.3.3 Terrorismo no Mundo Moderno	99
4.4 TERRORISMO NO BRASIL	103
5 AS FALHAS DO ESTADO BRASILEIRO E AS MILÍCIAS COMO GRUPOS TERRORISTAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	106

5.1 VOLTANDO NOVAMENTE AO PASSADO: O GOVERNO MILITAR E O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	106
5.2 O CRIME ORGANIZADO E A FORMAÇÃO DAS MILÍCIAS	115
5.3 A VIOLÊNCIA DAS MILÍCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMO PRÁTICAS TERRORISTAS	123
6 CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS	137

1 INTRODUÇÃO

A complexidade com que o Brasil se apresenta é enorme. Dentre tantos problemas que comprometem o pleno exercício da cidadania, é possível destacar que diversas comunidades vivem sob processos de dominação física e social extraoficial. Se está diante de problemas que remetem ao autoritarismo, mandonismo e a opressão que fizeram o Brasil chegar ao que é hoje e obriga seus habitantes a viver, conviver e sobreviver aos problemas como a desigualdade social, o preconceito e a inexistência de serviços públicos básicos acessíveis aos brasileiros esquecidos pelo Estado e vulneráveis a criminosos organizados.

Um dos frutos do autoritarismo e da segregação social existente é a construção de um povo que, segundo Luís Alberto Warat (2010), não está apenas excluído, está esquecido e usurpado de sua identidade e personalidade jurídica. Não existem para o Estado brasileiro que faz vistas grossas ou é conivente com tal problema social para evitar ter que debater um conjunto de privilégios históricos e ter que formular novas políticas públicas compensatórias e de inclusão social. Tal situação evidencia a fratura existente no Estado brasileiro e uma grande herança histórica.

O referido quadro permite a emergência de poderes paralelos e formas violentas de exercício do poder sobre parte significativa da população. Estas práticas são idênticas as práticas terroristas. Mas, a percepção dominante é, contudo, que estas práticas de violência não estão presentes, apenas atuantes no cenário internacional. Esta constatação é verdadeira? A resposta é sim, em suas formas clássicas. Mas, o Brasil, ou pelo menos, parte do País, notadamente o Estado do Rio de Janeiro, não estaria convivendo, de fato, quotidianamente com formas de violência semelhantes às praticadas pelo terrorismo (com uso da violência e do medo para alcançar os resultados pretendidos)? A resposta é positiva e isto pode ser constatado quando se observa as práticas violentas das chamadas milícias. Este é o tema central da presente pesquisa.

Entender este problema e buscar uma solução é fundamental. É que o Brasil fez, com a Constituição de 1988, extraordinários avanços institucionais. Esta conquista tem sido bloqueada pela permanência do passado autoritário da sociedade brasileira e por novos problemas decorrentes da fragilização do Estado Democrático de Direito decorrentes do processo de globalização. O bloqueio referido é coexistência, em muitos locais do País, da estrutura oficial do Estado com poderes locais ilegais (crime organizado) ou que se situam entre a legalidade eventual e as práticas criminosas. Este é o pressuposto que impulsiona a formação das milícias.

As milícias e suas práticas quotidianas baseiam-se no medo e na violência para obter os resultados pretendidos. Neste sentido, suas ações adquirem feições muito próximas as práticas dos grupos terroristas. Mas, isto é normalmente desconsiderado. É que, na atualidade, o terrorismo está envolto, pelo menos na sua perspectiva dominante, como eventos sociais que se concretizam por meio de atentados a bombas em locais de concentração de civis. Mas, esta é apenas uma forma específica de manifestação. O mais importante, contudo, é perceber as práticas terroristas como um conjunto de ações que instrumentalizam as vítimas por meio da violência e do medo. Isto leva as pessoas a viverem reféns de um inimigo sem identificação e que, em alguns casos, levam alguns governos a ter que aceitar seu poder para preservar a vida de sua população.

Assim, o terrorismo é um conjunto de práticas antidemocráticas e inaceitáveis. Apesar disto, ele sempre esteve presente na história. Mas, claro, o terrorismo tende a se fortalecer, como regra geral, nos locais em que existem Estados fraturados ou Estados falidos. Em outras palavras, é mais comum que ele se articule em Estados desestruturados ou com baixa institucionalização. O resultado é que suas populações passam a ficar refém de poderes paralelos, que buscam ocupar os espaços do Estado e, com isto, obter de poder, riqueza e controle social.

Neste contexto, pode-se dizer que o Brasil, embora possua um Estado tecnicamente organizado e democrático, se enquadra entre os países que tem dificuldades de institucionalização de seus órgãos oficiais. Por isto, os poderes públicos convivem quotidianamente com poderes extraoficiais estruturados. Entre estes casos, destacam-se o crime organizado e as chamadas milícias (em especial, as existentes no Estado do Rio de Janeiro), que há muito influenciam na construção política nacional e, nos últimos tempos, adquiriram um poder ainda mais significativo e uma presença institucional mais ampla, fazendo uso das mídias, do serviço público, da religião e do comércio para obtenção de seus objetivos. Por isso, o presente trabalho entende que é possível, como hipótese inicial, caracterizar, de fato, o fenômeno do domínio e de poder das milícias como práticas terroristas.

Pode-se dizer que o Brasil, embora possua um Estado democrático institucionalizado, se enquadra entre os países que tem dificuldades de controlar toda a sua população e todo seu território quotidianamente. Por isto, os poderes públicos convivem, em muitos locais, com poderes extraoficiais. Entre estes casos, destacam-se as milícias (notadamente as que existem no Estado do Rio de Janeiro), que há muito influenciam a política nacional e que adquiriram, nos últimos tempos, um poder ainda mais significativo, controlando o acesso, em muitos casos, aos serviços públicos, à internet e ao comércio de vários produtos (inclusive o acesso a casa

própria). Por isso, o presente trabalho defende que é possível caracterizar as ações violentas destes grupos extraoficiais como práticas terroristas.

O presente trabalho possui o objetivo investigar a falta de efetividade dos princípios estruturantes da Constituição de 1988 e sua contribuição para a emergência de grupos extraoficiais (milícias) no Brasil. Para tanto, perpassa os seguintes objetivos específicos: (i) Examinar a história constitucional do Brasil e sua crônica instabilidade; (ii) analisar os principais avanços institucionais realizados pela Constituição de 1988; (iii) identificar as diversas leituras feitas do terrorismo, suas características e sua história; (iv) demonstrar que ações violentas das milícias no Brasil são tipicamente práticas terroristas.

No primeiro capítulo, a pesquisa versa sobre a história constitucional do Brasil anterior a Constituição de 1988. Neste processo é destacado o crônico quadro de instabilidade política vivenciada e a constante alternância entre autoritarismo e democracia. Com isso, faz-se análise de cada texto constitucional nacional que entrou em vigência, de forma autoritária ou democrática.

No segundo capítulo, o tema central é a Constituição da República Federativa do Brasil em vigor desde 1988. Inicialmente, é destacado o processo de abertura política e os avanços do novo texto constitucional. Neste contexto, destacam-se seus princípios estruturantes e os direitos e garantias fundamentais. Em seguida, demonstra-se que estes avanços ainda não chegaram a todos os brasileiros. Neste sentido, a pesquisa deixa claro que isto é causado pelas heranças do passado (em especial, o autoritarismo e o patrimonialismo) e tem como consequência um quadro de cidadania deturpado.

No terceiro capítulo, o trabalho analisa o tema do terrorismo. Inicialmente, destaca as diversas visões das práticas terroristas pelas diversas Ciências Humanas e Sociais. Em seguida, analisa as principais características dos movimentos terrorista e os principais tipos de terrorismo. Por fim, apresenta alguns aspectos históricos do fenômeno do terrorismo e sua presença no Brasil.

No quarto capítulo, a tese retoma, inicialmente, alguns aspectos da história brasileira e identifica as contribuições das práticas da ditadura de 1964 para a emergência do crime organizado no Brasil. Em seguida, destaca as conexões existentes entre o crime organizado e a formação das milícias. Por fim, defende que as práticas das milícias do Rio de Janeiro podem ser enquadradas como práticas terroristas, pois adotam as mesmas estratégias para a obtenção de seus resultados.

Desta forma, fica evidente que pesquisar sobre o terrorismo no Brasil é fundamental, pois é uma falta compreensão que este fenômeno não existe no Brasil. Ao contrário, a realidade

brasileira atual é muito parecida com o que a Colômbia viveu nos tempos áureos do narcotráfico e de sua figura mais emblemática, Pablo Escobar. Respeitadas peculiaridades do Brasil, as milícias utilizam-se do mecanismo de causar medo para alcançar seus objetivos: medo de perder a vida, medo de perder a remuneração, medo de perder a família etc. Enfim, um conjunto de temores relevantes e que são fundamentais para que a população seja conduzida por força e violência.

Na presente pesquisa, se faz uso de duas formas de raciocínio predominante: dedutivo e indutivo. Em outras palavras, parte-se de premissas gerais e que, com o decorrer do estudo, permitem chegar a verdades específicas, especializadas. Assim, a construção de conceitos, busca da história e das teorias já consagradas, são objeto do silogismo dedutivo. Ademais, pois diante particularidades, singularidades, a partir dos conceitos teóricos adotados poderá se chegar a confirmação da hipótese, como no caso da apresentação das peculiaridades das milícias e da formação do Estado brasileiro e sua relação direta com o terrorismo, momento no qual o uso do argumento indutivo será adequado.

A pesquisa foi realizada a partir do método indutivo e envolveu uma análise qualitativa (subjativa) de dados coletados na rede mundial de computadores, especialmente no que tange à notícias de acontecimentos que envolvam o terrorismo contemporâneo e as práticas das milícias no Brasil. Além disso, a pesquisa em bases de dados jurídicos (tribunais e legisladores) e repositórios acadêmicos permitiram concretizar os aspectos quantitativos com o acompanhamento dos trabalhos jurídicos e acadêmicos sobre os conceitos que serão estudados e outros a eles conexos. Outrossim, o último capítulo faz uma abordagem histórico-analítica e hermenêutica das milícias, juntando construções teóricas, análises de fatos quotidianos e construção de conclusões sobre a tese.

A abordagem epistemológica a ser adotada na pesquisa partirá do método complexo-paradoxal com olhar interdisciplinar, como o próprio tema. A pesquisa não está restrita a apontar verdades absolutas e plenamente formadas. Pelo contrário, permitem a observância de mais conceitos e assertivas sobre o tema. O primeiro, segundo e terceiro capítulos do desenvolvimento da pesquisa farão uso de abordagem histórico-analítica, já que pretendem, respectivamente, analisar os conceitos, história e variações da formação do Brasil, do Estado fracassado, terrorismo e das milícias através de estudos interdisciplinares, mas com enfoque jurídico, principalmente. O pesquisador, enquanto hermeneuta, colhe informações e fatos históricos analisados por especialistas principalmente da História e Sociologia e conta a história de forma aplicada aos objetivos do trabalho, trazendo percepções e pontos de vista que lhe são próprios.

Além disso, destaca-se que, em pesquisa realizada em canais de busca de estudos acadêmicos (repositórios institucionais), não foram encontradas análises sobre o terrorismo e as milícias com o viés aqui proposto. Nesse sentido, além do ineditismo da tese, é possível encontrar, por meio dela, novos limiares para pensar atividades milicianas a partir do viés das práticas terroristas, extremamente repugnadas em outras esferas mundiais, mas relevadas no Brasil.